

RECIBO ORIGINAL

Em: 24 / 09 / 2020

Junis Opnzaga da Silva



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

IPAAM
FL N° 241
ASS. 0

LICENÇA DE OPERAÇÃO- L.O. N° 200/2020

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n° 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: Oliveira Energia Geração e Serviços Ltda - UTE Barreirinha

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Av. do Turismo, n° 7057, Tarumã, Manaus-AM.

CNPJ/CPF: 04.210.423/0001-97

FONE: (92) 3321-5900

REGISTRO NO IPAAM: 1002.2401

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

FAX:

PROCESSO N°: 1992.2018

ATIVIDADE: Geração de energia elétrica

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Margem esquerda do Paraná do Ramos, s/n°, Município de Barreirinha- AM.

Coordenadas Geográficas:

PONTOS	LONGITUDE	LATITUDE	PONTOS	LONGITUDE	LATITUDE
AFO-M-0345	57°3'45,32"	2°47'20,01"	V-01	57°3'44,43"	2°47'21,67"
AFO-M-0344	57°3'43,06"	2°47'24,13"	V-02	57°3'45,76"	2°47'23,33"
AFO-M-0343	57°3'45,07"	2°47'24,97"	V-03	57°3'45,86"	2°47'23,11"
AFO-M-0344	57°3'46,69"	2°47'20,99"	V-04	57°3'46,05"	2°47'22,58"

FINALIDADE: Autorizar a operação de uma Usina Termelétrica – UTE, que utilizará óleo combustível diesel BS 500, com potência de 7,375 kW.

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Grande

PORTE: Pequeno

PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 01 ANO.

Atenção:

- Esta licença é composta de 11 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).

Manaus,

24 SET 2020

Eduardo White Pontes da Costa
Gerente, no exercício da Diretoria Técnica

Maria do Carmo Neves dos Santos
Diretora Técnica, no exercício da Presidência

RESTRIÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LO Nº 200/2020

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo nº. 1992.2018**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. Realizar monitoramento com frequência **semestral** dos efluentes oriundos do Sistema Separador Água e Óleo – SAO, por meio de análises laudo analítico, realizado por laboratório licenciado e cadastrado neste IPAAM, devendo ser priorizado os seguintes parâmetros para análise: **pH, óleos e graxas, índice de fenóis, turbidez, materiais sedimentáveis, sulfetos, DQO e condutividade**, devendo ser encaminhadas as análises **anualmente** a este Instituto, com assinatura do técnico responsável pela análise. Havendo alterações nos valores estabelecidos na Legislação de quaisquer parâmetros, apresentar relatório com as medidas tomadas para correção.
8. Dar destinação adequada aos óleos usados e contaminados oriundos do processo produtivo, conforme Resolução CONAMA nº 362/05.
9. Dar destinação adequada à borra oriunda do Sistema Separador de Água e Óleo – SAO, devendo encaminhar a este Instituto, quando da solicitação da renovação da Licença, registro dos serviços realizados, com comprovante de destinação final.
10. Enviar a este IPAAM, anualmente, os laudos semestrais de:
 - a) Monitoramento das emissões atmosféricas, oriunda da atividade produtiva da empresa, por meio de laboratório cadastrado neste Instituto, devendo os resultados atender às Resoluções CONAMA nº 008/90 e 382/06.
 - b) Relatório Técnico com a Avaliação dos Níveis de Ruído Ambiental
11. Assinar, no prazo de 90 dias, Termo de Compensação Ambiental – TCA, por intervenção em Área de Preservação Ambiental – APP, para implantação do Centro de Monitoramento e Controle Ambiental Integrado.